

# VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



25 A 28 DE JUNHO DE 2008

---

ÁREA TEMÁTICA: Teorias e metodologias

---

O conceito de desenvolvimento histórico e sua aplicabilidade heurística na Sociologia

---

AGUIAR, João Valente

Aluno finalista da licenciatura em Sociologia, FLUP

[joaovalenteaguiar@gmail.com](mailto:joaovalenteaguiar@gmail.com)

---

### Resumo

Na actual fase de desenvolvimento das Ciências Sociais importa afirmar que o estabelecimento de pontes entre distintos campos disciplinares é um dos caminhos mais produtivos para o seu afinamento. Nesse campo, a Sociologia não é excepção, pelo que o diálogo que esta ciência pode efectuar com a História reveste potencialidades a aproveitar. Por conseguinte, o conceito de *desenvolvimento histórico* presente em autores como Bertell Ollman e E.H. Carr é passível de fornecer importantes fundações para uma articulação entre as duas disciplinas científicas mencionadas.

Palavras-chave: “desenvolvimento histórico; interdisciplinaridade; Sociologia”



## O conceito de desenvolvimento histórico e sua aplicabilidade heurística na Sociologia

### Introdução: os pilares estruturantes das Ciências Sociais

As Ciências Sociais edificaram os seus vários campos teóricos a partir de dois pressupostos-chave: 1) a ruptura com o senso comum; e 2) a unidade do social. A sua análise tem sido alvo de intensa problematização no quadro da Sociologia portuguesa, pelo que se preferirá realizar uma breve digressão em torno destes dois domínios.

Relativamente ao primeiro tópico, refira-se que o seu ponto de partida ancora-se no postulado clássico de Durkheim «é, pois, na natureza da própria sociedade que deve procurar-se a explicação da vida social» (Durkheim, 2001: 128). Por conseguinte, os exercícios de prospecção da vida social devem obedecer a procedimentos metodológicos, técnicos e teóricos que se efectivem tendo por base o estudo da própria realidade social.

Adjacente a este enunciado, a ruptura com o senso comum concretiza-se por intermédio da «contestação decisória e metódica das aparências» (Bourdieu et al., 2002: 25), do imediatamente visível e apreensível sem o recurso a lentes controladas analítica, epistemológica e metodologicamente. Assim, às posturas de percepção subjectiva dos agentes sociais sobre a sociedade em que vivem, importa acrescentar um seguinte nível de abordagem ao real: a construção de corpos diferenciados de instrumentos técnicos, de desenhos metodológicos e de conhecimentos capazes de sistematizar, classificar e fornecer pistas para a leitura dos comportamentos e significações dos agentes sociais. Uma advertência. As ciências sociais não procuram, com esta tipologia de procedimentos, afirmar uma qualquer superioridade dos saberes que constroem face ao senso comum. Na verdade, as construções do senso comum correspondem, muitas das vezes, a matéria-prima para produção de conhecimento científico. Todavia, a familiaridade do social obriga o cientista social a acautelar-se em relação às concepções e discursos de senso comum sob pena de ser quase impossível edificar-se uma plataforma de inteligibilidade das vivências e experiências dos agentes e grupos sociais. Firmino da Costa pronuncia-se no mesmo sentido:

«o olhar sociológico precisa de se distanciar, de romper com o feitiço entorpecedor da evidência tranquila. Para enfrentar os problemas de conhecimento que se lhe colocam, para procurar decifrar os meandros da realidade social, não se pode permitir tomar seja o que for como certo a respeito da vida em sociedade» (Costa, 2001: 23-24).

No que toca à unidade do social e sua relação com a construção das Ciências Sociais, o nome de Adérito Sedas Nunes tem um lugar destacado. Segundo este autor,

«o campo da realidade sobre o qual as ciências sociais se debruçam é, *de facto*, *um só* (o da realidade humana e social) e *todos* os fenómenos desse campo são *fenómenos sociais totais*, quer dizer: fenómenos que – seja na sua estrutura própria seja nas suas relações e determinações – têm implicações simultaneamente em vários níveis e em diferentes dimensões do real-social, sendo portanto susceptíveis, pelo menos potencialmente, interessar a *várias*, quando não a *todas* as ciências sociais» (Nunes, 2001: 24).

Assim, para Sedas Nunes, a realidade social é una, cabendo a cada ciência social debruçar-se sobre ela a partir de uma perspectiva própria. A colocação da lente de observação e indagação do real-social difere entre áreas disciplinares, pelo que seja natural que «toda a ciência só está propriamente constituída como tal a partir do momento em que seja possível afirmar que o

sistema de produção que a produz já *construiu o seu próprio objecto científico*» (idem: 33). A ênfase colocada na construção do objecto científico de cada ciência social não surge como um factor antagónico relativamente à unidade social. De facto, o manuseamento de quadros categoriais específicos, a consolidação de adequadas metodologias de investigação e a delimitação das camadas do real abordadas por uma determinada ciência social, compõem o leque global de características que estão na base da pluralidade de ciências sociais que estudam uma e uma vasta realidade social. Nas palavras de António Firmino da Costa, «cada uma das ciências sociais tem as suas tradições intelectuais, os seus procedimentos favoritos, os seus temas preferenciais. Tem sobretudo uma maneira particular de olhar para os fenómenos sociais, de os interrogar e analisar» (Costa, 2001: 27).

Nesse sentido, a formação de diversos campos disciplinares surge como a abertura de um conjunto de pontos de observação sobre o real. Daí que se afigure útil rechaçar «a concepção errónea mas persistente, segundo a qual as ciências sociais estudariam *realidades* distintas, ou sectores distintos, compartimentados da realidade» (Pinto et al., 2001b: 17), como se as diferenças teóricas e conceptuais entre as ciências sociais culminassem do estudo de diferentes universos. Do nosso ponto de vista, esta é uma visão que continua a imperar na construção de algumas problematizações teóricas nas ciências sociais, mormente todo um fecundo debate na Sociologia portuguesa que a procurou contrariar. Neste âmbito, a categoria de fenómeno social total definida por Marcel Mauss, (a)colhida por Sedas Nunes e por toda uma série de investigadores portugueses (Pinto, 1984; Fernandes, 1983; Pinto et al., 1976) mantém toda a sua vitalidade analítica. Segundo o antropólogo francês,

«nestes fenómenos sociais totais, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e morais ao mesmo tempo; económicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo» (Mauss, 2001: 52).

Quer dizer, os diferentes tabuleiros onde se desenrolam as dinâmicas sociais não afirmam um qualquer carácter de incomunicabilidade entre áreas científicas. Pelo contrário, a construção de uma visão de conjunto sobre o real-social implica a partilha de perspectivas e de específicos ângulos de observação do mundo social. O esquecimento, deliberado ou involuntário, consciente ou inconsciente, dos pontos de contacto e das áreas de sobreposição entre diferentes ciências sociais – que, não esqueçamos, abordam uma única (e una) realidade social – fundamenta, dessa forma, o nosso propósito de chamar atenção para o conceito de desenvolvimento histórico e sua potencialidade teórica na ligação entre corpos científicos distintos e no incrementar dos níveis de multidisciplinaridade. No caso, uma das vias possíveis de intercâmbio teórico entre a Sociologia e a História.

### **A Sociologia e a análise histórica**

A Sociologia tem definido o seu objecto de estudo ao longo do seu tempo de existência de ciência social como «uma análise das relações sociais» (Costa, 2001: 21). Concretizando, a Sociologia escalpeliza o social do ponto de vista «do conjunto de relacionamentos sociais, de interdependências entre indivíduos ou grupos» (idem) que constituem o solo de onde brotam os fenómenos sociais. Raymond Aron adoptará uma definição similar do campo de estudos da Sociologia: «a sociologia é o estudo que se quer científico do social enquanto tal, quer ao nível elementar das relações interpessoais, quer ao nível macroscópico de vastos conjuntos, classes, nações, civilizações ou sociedades globais» (Aron, 2002: 19). Com efeito, a Sociologia recorta a paisagem social no que mais diz respeito às suas propriedades relacionais. Assim, consolida-se uma perspectiva que tende a privilegiar as modalidades múltiplas de organização

e interação entre grupos e indivíduos em sociedade. Esta vertente relacional é de capital importância no desenvolvimento da Sociologia e, inerentemente, do conhecimento que as sociedades contemporâneas foram construindo de si mesmas. Paralelamente, o estudo das sociedades humanas debruça-se tanto do ponto de vista da elaboração de cortes transversais do seu tecido – relações sociais, estruturas, construção da subjectividade humana e social –, como do ponto de vista dinâmico das mesmas. Explicitando, a evolução de determinados fenómenos sociais e das próprias sociedades detém um potencial para a sua compreensão ou explicação. Consequentemente, a inclusão de uma dimensão processual e histórica na Sociologia apresenta-se como uma necessidade crescente para os estudos realizados no quadro desta ciência social. Sem nunca desprezar ou minorizar todo o valioso património que a Sociologia produziu até hoje – e que, seguramente, continuará a produzir – o aproveitamento de zonas de sobreposição/coincidência com a História, parece-lhe acrescentar valor explicativo. Aliás, o diálogo interdisciplinar assente na valorização dos terrenos partilhados entre a Sociologia e a História contribui para a desmistificação do que Bourdieu designou por «recusa do pensamento da génese» (Bourdieu, 1998a: 36). O mesmo é dizer que o esforço analítico das Ciências Sociais de desconstrução do «recalcamento originário que é constitutivo da ordem simbólica» compete com os fenómenos de «anamnese histórica» (idem: 21). No fundo, o esquecimento colectivo da memória histórica patente num sem-número de manifestações de senso comum impregna, por vezes, as próprias Ciências Sociais, inclusive a Sociologia. Desse modo, a inserção de uma análise histórico-processual no corpo teórico da Sociologia é uma necessidade a reter. Neste ponto vale a pena recorrer novamente a Pierre Bourdieu para dar conta da rica abertura de oportunidades de investigação social proporcionada pela interacção entre a História e a Sociologia. Cunhando a primeira de «ciência do inconsciente», o sociólogo francês chama a atenção para a contribuição da ciência histórica para o delinear de pistas mais cabais e profícuas de investigação sociológica:

«ao trazer à luz tudo o que está oculto tanto pela doxa, cumplicidade imediata com a própria história, como pela alodoxia, falso reconhecimento baseado na relação ignorada entre duas histórias que leva a reconhecer-se numa outra história, a de uma outra nação ou de uma outra classe, a *pesquisa histórica fornece os instrumentos de uma verdadeira tomada de consciência ou, melhor, de um verdadeiro autodomínio*» (Bourdieu, 2001: 105) [itálicos nossos].

A defesa da interacção entre ambas as Ciências Sociais – e que pode perfeitamente ser extensível à Economia, à Ciência Política, etc. – coaduna-se com o que Claude Javeau assertivamente acentuou, quando afirma que «a “lógica do social”, produto de diversos efeitos de composição, é também a “lógica da história”» (Javeau, 1998: 214). Esta asserção tem sido parte integrante de boa parte da melhor investigação sociológica que se fez e tem feito no decurso da vida desta ciência. Lembre-se apenas o caso da Sociologia clássica. Por exemplo, Max Weber não se resume a estudar a sociedade em termos de camadas transversais – como o estudo da singularidade histórica da relação entre a ética protestante e a formação do capitalismo vd. (Weber, 1983) – mas complementa essa perspectiva com a assunção que a análise histórica pode apresentar-se como um óptimo auxiliar à investigação sociológica. Numa obra menos conhecida (*A Bolsa*), mas nem por isso menos brilhante, Weber veicula um constante exercitar de comparações históricas da qual, pela sua clareza, escolhemos a seguinte:

«A vida doméstica abrangia irmãos, primos, cunhados, até graus de parentesco muito afastados, e ainda a criadagem dependente, os que a violência guerreira submetera, ou os que, despojados pelos seus bens pela geada e pela morte do gado, tinham de, para viverem, tornar-se servos dos vencedores e dos possidentes, de acordo com a mais antiga norma jurídica da história. Esta família representa a mais antiga comunidade económica. Ela produzia

colectivamente os bens e consumia-os em comum. Além disso, só consumia aquilo que ela própria tinha produzido – pois nada mais tinha para consumir – e só produzia o que queria consumir, já que não tinha destino a dar ao excedente.

Se compararmos agora esta situação com o carácter da vida económica actual, torna-se logo evidente um formidável contraste. Nos nossos dias, o indivíduo não produz os bens que ele próprio quer consumir, mas aqueles que, segundo a sua previsão, outros irão utilizar, além de que cada indivíduo não consome os produtos do seu próprio trabalho, mas os do trabalho alheio. (...) O que leva o empresário moderno a produzir bens não é o facto de os poder ele próprio consumir, mas sim o de eles encontrarem “comprador”, ou seja, alguém que tenha, provavelmente, necessidade deles» (Weber, 2004: 58-59).

Não nos importa aqui o conteúdo desta passagem, mas a metodologia utilizada pelo autor. De facto, no estudo de uma das instituições económicas centrais da contemporaneidade, Max Weber não pôde deixar de abordar as diferenças entre a organização económica das chamadas “sociedades tradicionais” e a economia capitalista. Simultaneamente, Weber conjuga uma série de pares que lhe permitem afinar o exercício histórico-comparativo: fusão da unidade familiar com a unidade económica/separação espaço doméstico do local de trabalho e produção económica; relações comunitárias de produção/relações de produção impessoais e exteriores à vontade subjectiva dos agentes produtores; produção para auto-consumo/produção para o mercado. Basicamente, Weber chama a atenção para a composição de pares de conceitos atinentes a realidades sociais distintas como forma de incrementar os níveis de *compreensão* sociológica das sociedades contemporâneas.

Porém, não foi apenas a Sociologia clássica a efectivar procedimentos de diálogo inter e transdisciplinar com a História. Na realidade, algumas correntes da Sociologia das últimas décadas têm trabalhado na mesma direcção. Daí que não seja bizarro que mesmo num campo supostamente tão intra-disciplinar e abstracto como a sociologia das classes sociais, dois dos seus conceitos pivotais tenham em si embutidos uma relevante carga histórica e, o que é mais importante para a análise em questão, de compreensão histórico-sociológica. João Ferreira de Almeida enuncia esta problemática de um modo particularmente sagaz quando trabalha o conceito de trajectória de classe e as respectivas dinâmicas de mobilidade social associadas: «o conceito de trajectória social permite, com efeito, *analisar* simultaneamente o *processo de transformação histórica dos lugares* [de classe, nota nossa] e dos agentes que os ocupam (e desocupam)» (Almeida, 1999: 86) [itálicos nossos]. Ou seja, os estudos que se debruçam sobre a temática das classes e da mobilidade social não devem, por isso, fechar o seu horizonte analítico a uma qualquer concepção fixista, mas entender as classes sociais como práticas e esferas plásticas de relacionamento social entre macro-grupos sociais e não como estruturas congeladas no tempo e no espaço. A inclusão de variáveis de dinamismo e de processualidade nos estudos das classes sociais, permite entender que a própria configuração das estruturas subjectivas que orientam as percepções, reflexões e acções dos agentes sociais não é o resultado de cruzamentos aleatórios de trajectórias de vida, mas que, de facto, «os *habitus* de classe têm uma história» (idem: 88). Por outras palavras, e aproveitando para desenvolver esta temática, «o sistema de disposições que preside às práticas dos membros dessa classe num momento dado, às posições de classe numa conjuntura, são resultado de incorporação estruturada de sucessivas experiências» (idem), o que abre portas a um desenho científico do campo das classes sociais capaz de integrar, em paralelo, uma dimensão relacional – o posicionamento das várias classes e fracções de classe em relação umas às outras – e uma dimensão de historicidade – na medida em que o circuito de interdependências e antagonismos, de oposições e conciliações na esfera das classes sociais está sujeito a mudanças e reconfigurações de impacto *historicamente* variável.

Semelhante prática de interpenetração disciplinar é realizada em alguma da mais recente historiografia portuguesa. Nesse âmbito, o nome de José Mattoso é um caso a considerar. Logo na introdução da “História de Portugal” em oito volumes dirigida por si, Mattoso indica o traço inovador dessa colectânea historiográfica – «não pretendemos produzir textos de consulta onde se acumulem dados e se registem com detalhe e sob forma quase enciclopédica as mais variadas questões» (Mattoso, 1992: 10) – rompendo com toda uma tradição positivista de enumerar datas e factos históricos. Para o historiador português, a obra historiográfica em questão teria como objectivo «tentar novas sínteses de teor francamente interpretativo», procurando «fazer ressaltar os grandes movimentos e descobrir a ligação dos fenómenos políticos com os económicos, sociais, culturais e mentais, evitando, tanto quanto possível, a fragmentação da matéria histórica em compartimentos estanques» (idem). Em poucas palavras, apenas uma abordagem deste tipo «permite compreender como se conjugam entre si todos os factores históricos que entram em jogo na vida de uma nação» (idem: 14) ou sociedade(s). Este breve exemplo proveniente da ciência histórica procura acrescentar força ao nosso argumento de que o cruzamento das linhas verticais e das linhas horizontais que perpassam as sociedades, contribui para um reforço heurístico assinalável, em particular da Sociologia.

Com efeito, a abordagem do plano histórico/espácio-temporal por parte da Sociologia desagua num reequacionamento de coordenadas teóricas intimamente derivadas dos conceitos de espaço e de tempo. Começando por trabalhar em torno destes dois últimos conceitos, remeter-se-á, num primeiro momento, a correlativa análise ao cuidado dos postulados de Kant. O recurso às categorias filosóficas deste autor relaciona-se com os desdobramentos que o cerne ontológico desses conceitos inscreve na construção de cadeias analíticas na Sociologia. Não entrando nas contestáveis afirmações kantianas acerca do carácter *a priori* destes conceitos, retenha-se, todavia e em primeiro lugar, a definição que o autor avança de espaço, como este sendo «uma representação necessária que fundamenta todas as intuições externas» (Kant, 2001: 64). Para o que se reporta ao nosso objecto de estudo, esta definição lança luz sobre o feixe de vectores que irradiam de um possível conceito sociológico de espaço. Concretamente, consideramos o conceito de espaço sociologicamente, na medida em que este formula uma articulação entre território e sociedade. Desse modo, o conceito de espaço não é um simples aditamento físico ao real, mas concorda duas esferas – a do território físico e geográfico e a esfera da projecção das sociabilidades humanas na pretérita área da realidade. Nesse sentido, o espaço das comunidades humanas espelha a marca das estruturas sociais (políticas, económicas e culturais) e das relações sociais num determinado território. Ao mesmo tempo, esta dimensão macro da esfera societal agrupa-se em sintonia com uma dimensão micro – sociabilidades, representações sociais e mentais, *hexis* corporais (Bourdieu, 1998b: 75-86) que sulcam e moldam a espacialidade física e territorial. Por seu turno, as práticas sociais, enquanto princípios de propulsão da agência humana, medeiam ambas as dimensões societárias. Por conseguinte, o contributo de Kant revela-se profícuo na problematização de um conceito sociológico de espaço – definido aqui sucintamente – já que interliga a realidade material (física e social) com o universo simbólico do que o autor nomeia de *intuições externas*: as representações simbólico-ideativas dos agentes sociais.

Relativamente ao conceito de tempo, Immanuel Kant adianta que «só pressupondo a representação do tempo podemos representar-nos que uma coisa existe num só e mesmo tempo (simultaneamente), ou em tempos diferentes (sucessivamente)» (Kant, 2001: 70). Concentrando-nos na última parte da citação, é facilmente discernível que o tempo em Kant apreende a experiência humana em termos da intersecção entre, de um lado, o universo simbólico dos agentes sociais – a referida representação do tempo – e, de outro lado, e os múltiplos eixos temporais – passado, presente e futuro. Assim, o tempo actua numa escala de

larga amplitude, implicando a consagração do aspecto mais relevante para o nosso estudo: o padrão de desenvolvimento e de *movimento*. Quer dizer, a introdução da variável tempo nos estudos sociológicos traduz-se na atribuição de um carácter de processo à vida social. Sublinhe-se que a natureza processual que a análise histórica incorpora ao quadro teórico da Sociologia não significa que o movimento das sociedades se expresse num plano de linearidade ou de qualquer tipo de inexorabilidade teleológica. Portanto, o(s) processo(s) histórico(s) não se desenrola(m) isento(s) de contradições e de correntes divergentes, ao mesmo tempo obstáculos e motores de dinamismo das sociedades hodiernas.

### **O conceito de desenvolvimento histórico: os contributos de E.H. Carr e de Bertell Ollman**

Decorrente da ponderação de uma lógica processual no seio dos quadros teóricos da Sociologia apresenta-se o conceito de desenvolvimento histórico. Conceito construído a partir das contribuições do historiador britânico E.H. Carr e do filósofo e cientista político norte-americano Bertell Ollman.

No conjunto de palestras proferidas na Universidade de Cambridge e dedicadas ao estudo da historiografia, Carr começa por afirmar que a História não é uma mera soma de factos. Não retirando a importância que estes assumem na ciência histórica, o autor avança com a proposta que

«o dever do historiador de respeitar os seus factos não se esgota na obrigação de se assegurar que eles são correctos. Ele deve procurar recuperar todos os factos relevantes, conhecidos ou susceptíveis de o virem a ser, num sentido ou noutro, para o tema em que ele está empenhado e para a interpretação proposta» (Carr, 1986: 23-24).

Para Carr o facto é um acontecimento, um *happening* fixado nos vaivéns de continuidade e de descontinuidade da História. Por inerência, as datas históricas – Hastings - 1066, Tomada da Bastilha - 1789, Assalto ao Palácio de Inverno - 1917, Atentado às Torres Gémeas de Nova Iorque - 2001 – assomam como o corolário de um processo mais ou menos silencioso e subterrâneo. Assim, o encadeamento dos factos históricos por parte do cientista social está subordinado a uma linha de interpretação do real, procurando, dessa maneira, colmatar e reduzir tanto quanto possível o «hiato entre a teoria e a linguagem da pesquisa sobre situações concretas» (Pinto et al., 2001a, p.74). A aproximação entre o campo da teoria e do real é vital na prossecução da inserção da análise histórica nos quadros interpretativos da Sociologia. Ao mesmo tempo, e em jeito de recomendação metodológica, Carr adverte para que «antes de estudarem o historiador» e um outro qualquer cientista social, «estudem o seu meio-ambiente histórico e social. O historiador, sendo um indivíduo, é também o produto da história e da sociedade» (Carr, 1986: 37).

Portanto, a grelha interpretativa de uma determinada cadeia de factos históricos obedece a um princípio de unidade interna entre os seus fundamentos teóricos de base. Por outras palavras, a interligação, mais ou menos directa ou indirecta, mais ou menos próxima ou afastada dos factos históricos entre si e com toda uma série imensa de mini-factos anónimos, quotidianos e anónimos, exige a assunção de unidade e interdependência do novelo teórico municiado para dar inteligibilidade ao processo histórico. Nesse sentido, Ollman avança com a noção de filosofia das relações internas, como instrumento teórico-conceptual que permita captar o «agregado das relações sociais» (Ollman, 2003: 37) e o espelhe, fielmente quanto possível, no plano da teoria. O objectivo é, pois, somar níveis de legibilidade à totalidade e unidade interna das lógicas de desenvolvimento histórico de uma estrutura ou de um fenómeno social. Consegue-se uma perspectiva global de visionamento da paisagem social e histórica,

concatenando não só os vários fenómenos e dinâmicas que compõem a tela social num dado momento, mas também integrando todo esse feixe complexo de múltiplos vectores numa unidade histórica. Novamente segundo Ollman, «a introdução da dimensão temporal» numa análise sociológica «assegura que cada factor social» se encontra «internamente relacionado com as suas formas passadas e futuras» (idem: 28). Na sequência deste pressuposto e explicitando esta última afirmação, o mesmo autor formula uma noção onde o «presente, de acordo com este modelo relacional» da filosofia das relações internas, «torna-se parte de uma continuidade» histórica «que se estende de um passado relativamente bem definido até um provável/possível futuro. O amanhã é a expressão do presente» (idem). Não parece haver neste argumento qualquer tipo de coincidência entre continuidade histórica e, por um lado, inevitabilidade histórica e, por outro, linearidade histórica. Continuidade histórica aparenta não se confundir com linearidade histórica, na medida em que a sucessão de factos históricos não representa uma qualquer fluidez ou um *continuum* escurrido e sem fricções. De facto, o desenvolvimento histórico das sociedades também não comporta objectivos apriorísticos desenhados num plano ideativo e a partir do qual a realidade se teria de ajustar. Assim, o desenvolvimento histórico designa «toda a mudança social como um *poder-vir-a-ser* do que *potencialmente* se encontra inscrito» nos processos sociais e históricos «actualmente existentes» (idem) [itálicos nossos]. Portanto, os processos históricos são passíveis de ser estudados, se «tomados como uma relação espaço-temporal» (idem), ou seja, um dado estado presente de desenvolvimento histórico de uma determinada sociedade decorre, inevitavelmente, do que ocorreu no passado e no que sobejou desse passado, mas, em paralelo, o presente histórico contém elementos estruturais e específicas condicionantes da agência humana que actuam como uma *possibilidade* (nunca uma inevitabilidade) histórica. O futuro nunca está pré-determinado mas o presente também não acaba em si mesmo. Este último abarca potencialidades de desenvolvimento futuro, portanto, *possíveis* vias de construção futura das sociedades humanas estão impressas nas estruturas e nas relações sociais que compõem o pano histórico-social do presente. Por conseguinte, o estudo do presente inerentemente provoca no investigador social uma percepção teórico-cognitiva que o leve a integrar a actualidade numa continuidade histórica – não-linear e nunca fatal(ista) – assumida como uma «mediação complexa» (idem: 19) de múltiplos, contraditórios e concorrentes tabuleiros sociais e temporais. Em poucas palavras, «o futuro existe no presente como potencial» (idem: 121).

Um exemplo deste esquema descrito por Ollman é a abordagem marxiana da transição do feudalismo para o capitalismo:

«o que merece ser enfatizado é que Marx muito raramente estudou o feudalismo como um outro qualquer modo de produção, como se passa no tratamento do capitalismo. Assim, as estruturas mais distintivas do feudalismo no seu estado de desenvolvimento mais elevado recebem pouca atenção de Marx. Na mesma linha, o feudalismo também é poucas vezes analisado como o modo de produção que produziu o capitalismo – havendo, assim, uma relativa negligência da dinâmica interna do primeiro. Inversamente, o feudalismo aparece quase sempre nos textos de Marx como a formação social em que as origens imediatas do capitalismo têm de ser encontradas. Diz Marx, “a formação do capitalismo é o processo de dissolução do feudalismo”. É como uma parte essencial do capitalismo que o feudalismo é estudado» (idem: 120).

Em traços gerais, a construção teórica do edifício histórico em toda a sua amplitude – portanto, articulando passado, presente e futuro – consubstancia-se e ergue-se sob cinco procedimentos/pilares a considerar. Em primeiro lugar, o cientista social parte do presente e elabora um quadro teórico a partir de dados, precisamente, sobre o presente. Todavia, a

compreensão das sociedades exige um reorientar desta perspectiva temporalmente congelada. Assim, em segundo lugar, o pensador social interroga o passado a partir de um ponto de vista anteriormente firmado no presente. O seu propósito passa pela apropriação das propriedades que no passado mais contribuíram para que um presente específico tenha sido possível. Basicamente, tentando descortinar os elementos do passado que, de uma forma ou de outra, se encontram de uma forma mais patente no presente. Portanto, e este é o terceiro pilar, traça-se a linha histórica que vai do passado para o presente, formando-se uma perspectiva renovada do presente, no sentido em que lhe foi introduzido uma nova variável: o movimento histórico do passado para o presente, quer dizer, o processo de constituição histórica do presente. Em quarto lugar, a conjugação entre uma analítica do presente e uma anatomia histórica da formação deste último demanda completar um segundo vector do movimento histórico no seu conjunto: a perspectivização do futuro como um potencial gravado no presente. A atenção a características probabilísticas do futuro permite reobservar o presente, na medida em que se fecha o ciclo geral do movimento histórico. Assim, o presente aparece representado por uma tripla dimensão temporal emparelhada entre os seus ângulos de observação e linhas históricas de projecção.

Este trabalho teórico de conexão passado/presente/futuro demonstra que há uma relação indissociável entre o trabalho interpretativo do cientista social e a compreensão do desenvolvimento histórico tomada a partir de um ponto de vista ancorado no presente. Retornando a Carr, o historiador britânico cita o filósofo italiano Benedetto Croce para afirmar que «toda a história é história contemporânea, querendo dizer que a história consiste essencialmente numa visão do passado através do presente e à luz dos seus problemas» (Carr, 1986: 18). Nesse sentido, são as lentes indagadoras e interpretativas do presente que vislumbram o passado, onde «as próprias palavras utilizadas» pelo cientista social «como democracia, império, guerra e revolução, têm conotações correntes, das quais ele não se pode separar» (idem: 21). Porém, Carr não subsume a análise dos processos históricos a uma reflexão do passado a partir do presente. Do nosso ponto de vista, Carr partilha terreno comum com Bertell Ollman quando define a objectividade da reflexão histórica (e historiográfica), equacionando a sua relação com a continuidade histórica:

«a objectividade na história não se baseia – nem deve basear-se – num padrão de avaliação fixo e imóvel existente aqui e agora, devendo assentar antes num padrão localizado algures no futuro e que evolui à medida que o curso da história avança. *A história só adquire sentido e objectividade [leia-se, inteligibilidade teórica – nota nossa] quando estabelece uma relação coerente entre o passado e o futuro»* (idem: 108) [itálicos nossos].

Temos, desta maneira, um nexos entre o incremento do grau de heurística das Ciências Sociais e a concentração de esforços analíticos na construção conceptual de uma linha histórica que articule os acima referidos múltiplos tabuleiros temporais e sociais. Em termos da dimensão temporal, o passado, o presente e o futuro são, cada um deles, perspectivados a partir de um ângulo diferenciado de análise. O passado como o trajecto recoberto pelas sociedades humanas ao longo do qual espelharam as suas diversificadas vivências e arranjos institucionais, societários e identitários. O futuro como o conjunto enovelado de possibilidades históricas de desenvolvimento de determinadas propriedades do presente. O presente como a concentração de dinâmicas do passado, do trabalho social altamente complexificado do agora e do possível/provável do futuro. Relativamente ao tabuleiro social remetemos para a reflexão levada a cabo secção anterior, nomeadamente acerca das suas dimensões macro e micro mediadas pelas práticas (vd. *Supra*).

Ainda sobre o esqueleto do conceito de desenvolvimento histórico, E. H. Carr considera que este conceito corresponde a «um processo de desenvolvimento infinitamente lento em que

ocorrem, de tempos a tempos, saltos espectaculares» (idem: 95). Na mesma linha de argumentação o autor acrescenta que esse desenvolvimento nada tem de linear:

«ninguém, no seu perfeito juízo, acreditou alguma vez num tipo de progressos que avançasse numa linha recta sem quebras, sem reviravoltas, sem desvios na continuidade, de um modo tal que até o mais sério contratempo não fosse necessariamente fatal à crença. Obviamente, existem períodos de regressão tal como existem períodos de progresso. Além disso seria imprudente supor que, depois de um recuo, o avanço seria recuperado a partir do mesmo ponto ou ao longo de uma mesma linha» (idem: 97).

Para lá do tom coloquial típico de uma conferência e do recurso a *termos* teoricamente discutíveis como “avanço”, “recuo”, “regressão” e “progresso”, o *conceito* de Carr é elucidativo quanto baste na demonstração de como continuidade histórica não significa necessariamente uma linearidade histórica. Colateralmente, o ritmo e intensidade da expressão das dinâmicas sócio-históricas são variáveis ao longo do tempo, conjugando períodos de tempo onde as mudanças sociais são moleculares e extremamente lentas e outros períodos de franca aceleração e de rearranjo marcado e profundo na estrutura social global. Este grau de abertura que as dinâmicas históricas estendem à acção humana significa que «o próprio processo» histórico «permanece dinâmico e progressivo» (Carr, 1986: 111). Portanto, face ao carácter de movimento do desenvolvimento histórico, ocorre uma retroactividade do processo real e histórico sobre o processo de conhecimento. O mesmo é dizer que os quadros teóricos necessitam de um grau de plasticidade conceptual de forma a acompanhar a mudança das e nas sociedades.

## **Conclusão**

Assim, a intersecção de planos num ponto x numa qualquer linha de desenvolvimento histórico dá conta da necessidade que a Sociologia tem de integrar a análise histórica. O estudo dos nós, contradições, inércias e dinâmicas do desenvolvimento histórico em toda a sua extensão é um elemento teórico de grande valor para calibrar os instrumentos interpretativos das sociedades contemporâneas.

Muitos investigadores interrogam-se e tomam com desconfiança esta perspectiva multidimensional de análise do desenvolvimento histórico. O receio de teleologia e as continuadas confusões teóricas entre integração do futuro numa linha histórica – visto sempre como um estado potencial – e teses defensoras de uma qualquer inevitabilidade histórica, têm obstado à incorporação desta abordagem do desenvolvimento histórico das sociedades por parte da sociologia. Por outro lado, o falhanço do conceito iluminista de Progresso levou a generalidade dos académicos a abandonar, quase sempre de forma desalentada, uma perspectiva de totalidade histórica, muitas das vezes erradamente tomada como uma pretensa linha legitimadora dos ideais enciclopedistas do século XVIII. Carr é, neste aspecto, extremamente arguto ao criticar essa postura de uma parte dos cientistas sociais na actualidade,

«no século XIX, os historiadores britânicos, salvo raras excepções, consideraram o curso da história como uma demonstração do princípio do progresso: exprimiam assim a ideologia de uma sociedade numa situação de progresso rápido e excepcional. Para esses historiadores britânicos, a história estava carregada de significado desde que parecesse vir ao seu encontro. Agora, porém, visto ela ter tomado uma outra direcção, a crença no sentido da história transformou-se numa heresia» (idem: 36).

Desta citação releva a atitude teórica perante o desenvolvimento histórico da contemporaneidade que, perante o incumprimento dos ideais, desígnios e aspirações mais vinculados e significativos da fase do triunfo burguês no século XIX, se pretende coarctar a vinculação necessária entre análise sociológica e estudo do desenvolvimento histórico nas suas múltiplas facetas.

No fundo, o conceito de desenvolvimento histórico, de um modo sintético, corrobora as palavras de Marx quando este afirma que «a sociedade actual não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de transformação e que está constantemente em processo de transformação» (Marx, 1990: 11). O mesmo é dizer que elidir o estudo transversal das sociedades do seu enraizamento histórico apenas contribui para retirar densidade heurística à Sociologia e a colocar numa perspectiva situacionista perante o maior ou menor dinamismo que caracteriza todas as sociedades. Trata-se, portanto, de partilhar áreas teóricas com a ciência histórica, dadas as imensas potencialidades que tal tarefa pode proporcionar, amplificando o raio de taquigrafia interpretativa da Sociologia.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira de (1999), *Classes sociais nos campos*, 2ª ed., Oeiras, Celta.
- ARON, Raymond (2002), *As etapas do pensamento sociológico*, 6ªed., Lisboa, Dom Quixote.
- BOURDIEU, Pierre (1998a), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, Pierre (1998b), *O que falar quer dizer*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *O poder simbólico*, 4ªed., Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude (2002), *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*, 3ªed. Petrópolis, Vozes.
- CARR, E. H. (1986), *Que é a História?*, Lisboa, Gradiva.
- COSTA, António Firmino da (2001), *O que é Sociologia.*, 3ªed., Lisboa, Quimera.
- DURKHEIM, Émile (2001), *As regras do método sociológico*, 8ªed., Lisboa, Presença.
- FERNANDES, António Teixeira (1983), *O conhecimento sociológico: a espiral teórica*, Porto, Brasília.
- JAVEAU, Claude (1998), *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta.
- KANT, Immanuel (2001), *Crítica da Razão Pura*, 5ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARX, Karl (1990), *O Capital, Livro I: o processo de produção do capital, tomo 1*, Lisboa, Edições Avante.
- MATTOSO, José (1992), «Apresentação do Primeiro Volume», em MATTOSO, José (org.), *História de Portugal. Primeiro volume: Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.9-17.
- MAUSS, Marcel (2001), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- NUNES, Adérito Sedas (2001), *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, 12ªed, Lisboa, Presença.
- OLLMAN, Bertell (2003), *Dance of the Dialectic: steps in Marx's method*, Chicago, University of Illinois Press
- PINTO, José Madureira; ALMEIDA, João Ferreira de (1976), *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- PINTO, José Madureira (1984), "Epistemologia e didáctica da Sociologia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Porto, nº14.

PINTO, José Madureira; ALMEIDA, João Ferreira (2001a), «Da teoria à investigação empírica: problemas metodológicos gerais», em PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.), Metodologia das Ciências Sociais, 11ªed., Porto, Edições Afrontamento, pp.55-78

PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (2001b), «Uma visão global sobre as Ciências Sociais», em PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.), Metodologia das Ciências Sociais, 11ªed., Porto, Edições Afrontamento, pp.9-27

WEBER, Max (1983), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Presença.

WEBER, Max (2004), *A bolsa*, Lisboa, Relógio d'Água.